

VULNERABILIDADES SOCIAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADOÇÃO À LUZ DAS EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS

SOCIAL VULNERABILITIES OF CHILDREN AND ADOLESCENTS IN INSTITUTIONAL CARE FOR ADOPTION IN THE LIGHT OF SCIENTIFIC EVIDENCE

VULNERABILIDADES SOCIALES DE NIÑOS, NIÑAS Y ADOLESCENTES EN ACOGIMIENTO INSTITUCIONAL PARA LA ADOPCIÓN A LA LUZ DE LAS EVIDENCIAS CIENTÍFICAS

Vanessa Vicente Alves Coutinho¹

Wanderson Alves Ribeiro²

Keila do Carmo Neves³

Gabriel Nivaldo Brito Constantino⁴

Daniela Marcondes Gomes⁵

Raphael Coelho de Almeida Lima⁶

Michel Barros Fassarella⁷

Denilson da Silva Evangelista⁸

RESUMO: As vulnerabilidades sociais de crianças e adolescentes em acolhimento institucional para adoção constituem um fenômeno complexo, atravessado por processos históricos, estruturais e institucionais que impactam o desenvolvimento humano e a garantia de direitos. Este estudo tem como objetivo analisar criticamente as vulnerabilidades sociais associadas ao acolhimento institucional, à luz de referenciais teóricos das ciências sociais e da saúde coletiva. Trata-se de um estudo reflexivo, fundamentado na análise crítica da literatura científica, de dados oficiais brasileiros e de aportes teóricos clássicos e contemporâneos. A construção das categorias analíticas ocorreu por meio da Análise Temática proposta por Minayo, desenvolvida em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretação. Da análise emergiram cinco categorias: vulnerabilidade social e fragilização dos vínculos; desenvolvimento humano e institucionalização; capital social e desigualdades; invisibilidade social e voz; e instituições, poder e controle. Os resultados evidenciam que a institucionalização não constitui causa primária da vulnerabilidade, mas expressão de processos sociais mais amplos, como pobreza estrutural, violência, exclusão social e fragilidade das políticas públicas intersetoriais. Observa-se que a permanência prolongada em instituições pode gerar impactos negativos no desenvolvimento psicossocial, especialmente quando associada à ausência de vínculos afetivos estáveis e de oportunidades de participação social. Conclui-se que o enfrentamento dessas vulnerabilidades exige políticas públicas integradas, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, práticas institucionais promotoras de autonomia e reconhecimento social, bem como a escuta qualificada de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social. Acolhimento institucional. Crianças e adolescentes. Adoção; Direitos humanos.

¹ Psicóloga. Pós-graduada em Psicomotricidade, Terapia Cognitivo-Comportamental, Psicologia Clínica, Psicologia Hospitalar e ABA/Análise do Comportamento Aplicada. Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy (UNIGRANRIO).

² Enfermeiro. Doutor em Ciências do Cuidado em Saúde. Universidade Federal Fluminense (PACCS/UFF).

³ Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/EEAN).

⁴ Graduando em Enfermagem. Universidade Iguaçu (UNIG).

⁵ Médica Psiquiatra. Mestre em Saúde Coletiva. Universidade Iguaçu (UNIG).

⁶ Médico. Pós-graduado em Cardiologia. Especialista em Cardiologia (AMB/SBC) e em Medicina de Família e Comunidade (AMB/SBMFC). IPGM-RJ / IECAC.

⁷ Médico. Pós-graduado em Endocrinologia e Metabologia. Especialista em Clínica Médica. Universidade Iguaçu (UNIG).

⁸ Enfermeiro. Pós-graduado em Saúde Mental, Gestão da Qualidade e Segurança do Paciente, Saúde Pública, Enfermagem Intensiva, Atenção Primária e Enfermagem do Trabalho. FAHOL; Instituto Facuminas; COFEN/DNA.

ABSTRACT: The social vulnerabilities experienced by children and adolescents in institutional care for adoption represent a complex phenomenon shaped by historical, structural, and institutional processes that affect human development and the guarantee of rights. This study aims to critically analyze social vulnerabilities associated with institutional care, based on theoretical frameworks from social sciences and collective health. This is a reflective study grounded in a critical analysis of scientific literature, Brazilian official data, and classical and contemporary theoretical contributions. The analytical categories were developed using Minayo's Thematic Analysis, conducted in three stages: pre-analysis, material exploration, and treatment and interpretation of results. Five analytical categories emerged: social vulnerability and weakening of bonds; human development and institutionalization; social capital and inequalities; social invisibility and voice; and institutions, power, and control. The findings indicate that institutionalization is not the primary cause of vulnerability, but rather a consequence of broader social processes such as structural poverty, violence, social exclusion, and weaknesses in intersectoral public policies. Prolonged institutional care may negatively affect psychosocial development, especially when stable affective bonds and opportunities for social participation are lacking. It is concluded that addressing these vulnerabilities requires integrated public policies, strengthening family and community ties, institutional practices that promote autonomy and social recognition, and the qualified listening of children and adolescents as subjects of rights.

Keywords: Social vulnerability. Institutional care. Children and adolescents. Adoption; Human rights.

RESUMEN: Las vulnerabilidades sociales de niños, niñas y adolescentes en acogimiento institucional para adopción constituyen un fenómeno complejo, influenciado por procesos históricos, estructurales e institucionales que afectan el desarrollo humano y la garantía de derechos. El objetivo de este estudio es analizar críticamente las vulnerabilidades sociales asociadas al acogimiento institucional, a partir de referentes teóricos de las ciencias sociales y de la salud colectiva. Se trata de un estudio reflexivo, basado en el análisis crítico de la literatura científica, de datos oficiales brasileños y de aportes teóricos clásicos y contemporáneos. La construcción de las categorías analíticas se realizó mediante el Análisis Temático propuesto por Minayo, desarrollado en tres etapas: preanálisis, exploración del material y tratamiento e interpretación de los resultados. Emergieron cinco categorías analíticas: vulnerabilidad social y fragilización de los vínculos; desarrollo humano e institucionalización; capital social y desigualdades; invisibilidad social y voz; e instituciones, poder y control. Los resultados muestran que la institucionalización no es la causa primaria de la vulnerabilidad, sino una manifestación de procesos sociales más amplios, como la pobreza estructural, la violencia, la exclusión social y la fragilidad de las políticas públicas intersectoriales. La permanencia prolongada en instituciones puede generar impactos negativos en el desarrollo psicosocial, especialmente cuando no existen vínculos afectivos estables ni oportunidades de participación social. Se concluye que el enfrentamiento de estas vulnerabilidades requiere políticas públicas integradas, fortalecimiento de los vínculos familiares y comunitarios, prácticas institucionales que promuevan la autonomía y el reconocimiento social, y la escucha activa de niños, niñas y adolescentes como sujetos de derechos.

2

Palabras clave: Vulnerabilidad social. Acogimiento institucional. Niños y adolescentes. Adopción. Derechos humanos.

INTRODUÇÃO

As vulnerabilidades sociais de crianças e adolescentes em acolhimento institucional para adoção no Brasil configuraram um fenômeno complexo, multifatorial e historicamente construído, atravessado por desigualdades socioeconômicas, rupturas familiares e fragilidades nas políticas públicas de proteção social. Trata-se de uma problemática que extrapola a esfera

individual e se insere no campo das desigualdades estruturais, impactando diretamente o desenvolvimento integral e a garantia de direitos dessa população (Yazbek, 2012; Rizzini; Pilotti, 2021).

Sob a perspectiva de Robert Castel, a vulnerabilidade social pode ser compreendida como um processo dinâmico de desfiliação, marcado pelo enfraquecimento progressivo dos vínculos sociais, familiares e institucionais. No caso de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, esse processo se materializa em trajetórias marcadas por negligência, violência, pobreza extrema e instabilidade familiar, fatores que frequentemente antecedem o afastamento do convívio familiar (Castel, 2008; Delgado; Pinto, 2022).

No contexto brasileiro, o acolhimento institucional constitui uma medida de proteção prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, devendo ser excepcional e provisória. Entretanto, estudos apontam que a permanência prolongada em instituições ainda é uma realidade significativa, sobretudo entre adolescentes, crianças com deficiência, grupos de irmãos e aqueles pertencentes a minorias étnico-raciais, ampliando situações de vulnerabilidade social e emocional (Rizzini; Leite, 2024; Mendes; Siqueira; Dell'Aglio, 2024).

Dados recentes do Conselho Nacional de Justiça evidenciam a persistência dessas desigualdades no campo da adoção. Em 2025, foram concluídas 3.140 adoções no Brasil, com predominância de crianças na primeira infância, enquanto adolescentes acima de 16 anos representaram número residual de adoções. Ainda em 2026, mais de cinco mil crianças e adolescentes permaneciam disponíveis para adoção, sendo expressiva a proporção daqueles com idade superior a 14 anos, o que reforça o fenômeno da adoção tardia como um dos principais desafios do sistema (CNJ, 2025; CNJ, 2026).

A teoria bioecológica do desenvolvimento humano de Urie Bronfenbrenner contribui para a compreensão dos impactos do acolhimento institucional, ao destacar que o desenvolvimento saudável depende da interação contínua entre indivíduo e ambiente. A ruptura precoce do microssistema familiar, associada à fragilidade dos vínculos afetivos, pode comprometer o desenvolvimento emocional, social e cognitivo, produzindo efeitos que se estendem até a vida adulta (Bronfenbrenner, 2011; Papalia; Feldman, 2013).

Estudos contemporâneos indicam que crianças e adolescentes institucionalizados apresentam maior risco para transtornos emocionais, dificuldades de aprendizagem, problemas de socialização e prejuízos na construção da identidade. Essas condições são agravadas quando o acolhimento ocorre de forma prolongada, sem projetos consistentes de reintegração familiar

ou adoção, configurando um cenário de vulnerabilidade institucional crônica (McLaughlin; Sheridan; Nelson, 2022; Zappe; Dias, 2025).

Outro aspecto relevante refere-se ao descompasso entre o perfil das crianças disponíveis para adoção e as preferências dos pretendentes. A literatura aponta uma tendência à busca por crianças mais novas, saudáveis e sem irmãos, o que contribui para a permanência prolongada de adolescentes e grupos de irmãos nas instituições, aprofundando desigualdades e limitando oportunidades de convivência familiar e comunitária (Faleiro; Souza, 2022; Silva; Santos; Ferreira, 2024).

À luz da sociologia de Pierre Bourdieu, tais desigualdades podem ser interpretadas como expressão de capitais desiguais, nos quais crianças e adolescentes institucionalizados dispõem de menor capital social, simbólico e cultural, o que repercute diretamente em suas chances de adoção e inclusão social. O acolhimento institucional, nesse sentido, pode reforçar processos de estigmatização e reprodução das desigualdades sociais (Bourdieu, 2014).

Sob a ótica de Michel Foucault, as instituições de acolhimento também podem ser analisadas como dispositivos de controle e gestão da vida, nos quais práticas disciplinares e normativas moldam comportamentos e subjetividades. Embora tenham finalidade protetiva, essas instituições podem, paradoxalmente, produzir novas formas de vulnerabilidade ao limitar a autonomia, a participação social e o protagonismo de crianças e adolescentes (Foucault, 2014; Silva; Arpini, 2021).

No campo das políticas públicas, avanços normativos coexistem com desafios operacionais, como a insuficiência de equipes técnicas, a rotatividade de profissionais e a fragilidade do acompanhamento psicossocial contínuo. Estudos recentes ressaltam a necessidade de fortalecimento das redes intersetoriais e de estratégias que priorizem a convivência familiar e comunitária como eixo central da proteção integral (Rizzini; Leite, 2024; Mendes; Siqueira; Dell'Aglio, 2024).

Além disso, pesquisas nacionais e internacionais destacam que a experiência de acolhimento institucional impacta diretamente a transição para a vida adulta, especialmente no que se refere à inserção educacional, profissional e ao acesso a redes de apoio. Jovens egressos dessas instituições apresentam maior exposição a situações de desemprego, informalidade, violência e exclusão social, perpetuando ciclos intergeracionais de vulnerabilidade (Delgado; Pinto, 2022; Zappe; Dias, 2025).

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo refletir criticamente sobre as vulnerabilidades sociais de crianças e adolescentes em acolhimento institucional para adoção no

Brasil, à luz das evidências científicas contemporâneas e dos referenciais teóricos de Castel, Bronfenbrenner, Bourdieu, Arendt e Foucault. Ao articular dados empíricos, análises sociopolíticas e produções científicas recentes, busca-se ampliar a compreensão do fenômeno e contribuir para o fortalecimento de práticas e políticas que assegurem a proteção integral e a efetivação de direitos dessa população.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo reflexivo de natureza qualitativa, fundamentado em análise crítica e interpretativa da literatura científica, de documentos oficiais e de referenciais teóricos clássicos e contemporâneos que problematizam as vulnerabilidades sociais de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, com ênfase nos processos de desenvolvimento humano, desigualdades estruturais, relações de poder, institucionalização e invisibilidade social.

A construção reflexiva foi orientada pelos pressupostos metodológicos dos estudos reflexivos em saúde coletiva e ciências sociais, os quais privilegiam a articulação entre evidências empíricas e matrizes teóricas para a compreensão crítica de fenômenos sociais complexos, conforme proposto por Minayo (2014). Nesse sentido, a análise não se restringiu à descrição dos achados, mas buscou interpretar os sentidos, contradições e implicações sociais, políticas e éticas presentes na produção científica e normativa.

O corpus analítico foi constituído por artigos científicos nacionais e internacionais, relatórios institucionais e dados epidemiológicos brasileiros, especialmente aqueles produzidos por órgãos oficiais, como o Conselho Nacional de Justiça, além de obras de referência nos campos da sociologia, filosofia política e psicologia do desenvolvimento. A seleção dos materiais priorizou publicações que dialogassem com as categorias analíticas definidas a priori, permitindo uma leitura transversal e integradora do fenômeno estudado.

A análise foi organizada a partir de eixos temáticos reflexivos, construídos à luz dos aportes teóricos de Castel, Bronfenbrenner, Bourdieu, Arendt e Foucault, possibilitando a problematização das múltiplas dimensões da vulnerabilidade social no contexto do acolhimento institucional. Esses referenciais permitiram compreender desde os processos de fragilização de vínculos e desenvolvimento humano até os mecanismos simbólicos, institucionais e políticos que produzem desigualdades, controle e invisibilidade social (Castel, 2008; Bronfenbrenner, 2011).

Destaca-se que, por se tratar de um estudo reflexivo, não houve intenção de exaustividade ou generalização estatística, mas sim de aprofundamento crítico e teórico,

visando contribuir para o debate acadêmico e para a formulação de práticas e políticas públicas mais sensíveis às singularidades e aos direitos de crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a construção das cinco categorias analíticas, adotou-se a Análise Temática proposta por Minayo, desenvolvida em três etapas interdependentes: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretação. Essa estratégia possibilitou a sistematização dos conteúdos analisados e a articulação entre evidências empíricas, dados institucionais e aportes teóricos, garantindo rigor metodológico ao processo reflexivo.

Na pré-análise, realizou-se a leitura flutuante e exaustiva dos materiais selecionados — artigos científicos, relatórios oficiais e obras teóricas — com o objetivo de identificar núcleos de sentido recorrentes relacionados às vulnerabilidades sociais no contexto do acolhimento institucional. Nessa etapa, foram definidos os critérios de inclusão dos materiais e delimitados os eixos preliminares de análise, considerando sua pertinência temática e contribuição para o objeto do estudo.

A exploração do material consistiu na codificação e organização dos conteúdos, a partir da identificação de unidades de registro e de contexto que expressassem dimensões estruturais, institucionais e subjetivas da experiência de crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Esse processo permitiu o agrupamento dos núcleos de sentido em categorias temáticas provisórias, posteriormente consolidadas à luz dos referenciais teóricos adotados.

Na etapa de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, procedeu-se à articulação crítica entre as categorias temáticas construídas e os referenciais de Castel, Bronfenbrenner, Bourdieu, Arendt e Foucault. Dessa análise emergiram as cinco categorias analíticas finais, que estruturam a discussão do estudo e possibilitam compreender a vulnerabilidade social como um fenômeno multifacetado, historicamente produzido e atravessado por relações de poder, desigualdades e fragilização de vínculos.

Ressalta-se que a utilização da Análise Temática de Minayo, integrada ao caráter reflexivo do estudo, não visou à generalização dos achados, mas à produção de conhecimento crítico, capaz de subsidiar o debate acadêmico e a formulação de políticas públicas e práticas institucionais mais sensíveis aos direitos e às singularidades de crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

Categoria 1 – Vulnerabilidade social e fragilização dos vínculos: Robert Castel

A vulnerabilidade social deve ser compreendida como resultado da fragilização progressiva de vínculos sociais, familiares e comunitários, o que, no caso de crianças e adolescentes, expressa-se na ruptura precoce do ambiente familiar e na entrada em acolhimento institucional (Castel, 2008; Yazbek, 2012). Essa perspectiva é corroborada por estudos que associam desfiliação social persistente ao aumento de desigualdades e baixa inserção social ao longo da vida (Esping-Andersen, 2013).

Corroborando ao contexto Sposati e alinhados autores contemporâneos reforçam que a institucionalização não é causa primária da vulnerabilidade, mas um efeito de processos sociais mais amplos, como pobreza, violência doméstica e exclusão estrutural, que empurram famílias e seus membros para zonas de risco social (Sposati, 2009; Gomes & Silva, 2021). A pesquisa brasileira sobre adoção mostra que muitos adolescentes permanecem mais tempo em abrigos por ausência de pretendentes dispostos a adotar além das faixas etárias iniciais, evidenciando a continuidade de processos de desfiliação social (CNJ, 2025).

Nesse sentido, Pereira aponta que a ausência de programas intersetoriais eficazes para fortalecimento de vínculos familiares contribui para que múltiplas gerações permaneçam em situação de vulnerabilidade social e institucional. Essas condições impactam o acesso à educação, saúde e inserção comunitária, aprofundando desigualdades já existentes (Pereira, 2018; Silva & Santos, 2022).

Dessa forma, à luz de Castel, as vulnerabilidades sociais de crianças e adolescentes em acolhimento institucional refletem a necessidade de políticas públicas que intervenham precocemente no contexto familiar e comunitário, garantindo apoio socioeconômico e fortalecendo redes sociais que previnam a fragilização de vínculos essenciais (Castel, 2008; Yazbek, 2012).

Com o objetivo de sistematizar as evidências científicas que dialogam com a perspectiva da vulnerabilidade social e da fragilização dos vínculos, apresenta-se a seguir um quadro síntese dos principais achados da literatura, relacionando fatores estruturais, repercussões no acolhimento institucional e contribuições teóricas de Robert Castel e autores correlatos, de modo a favorecer a compreensão integrada do fenômeno analisado.

Quadro 1 – Vulnerabilidade social e fragilização dos vínculos em crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Rio de Janeiro - RJ

Ano	Autor(es)	Fator de vulnerabilidade	Principais achados	Contribuição teórica
2008	Castel	Desfiliação social	Fragilização progressiva dos vínculos sociais e familiares	Base conceitual da vulnerabilidade social
2009	Sposati	Exclusão estrutural	Institucionalização como efeito da desigualdade social	Vulnerabilidade como processo social
2018	Pereira	Ausência de políticas intersetoriais	Manutenção intergeracional da vulnerabilidade	Fragilidade das redes de proteção
2021	Gomes; Silva	Violência e pobreza	Ruptura precoce dos vínculos familiares	Impactos sociais no acolhimento
2025	CNJ	Adoção tardia	Permanência prolongada de adolescentes em acolhimento	Expressão empírica da desfiliação

Fonte: Construção do autor com base nos estudos selecionados (2026).

A análise do quadro evidencia que a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes em acolhimento institucional não se configura como um evento isolado ou circunstancial, mas como resultado de processos históricos, sociais e estruturais de exclusão. A noção de desfiliação social proposta por Robert Castel (2008) manifesta-se de forma recorrente nos estudos analisados, indicando que a fragilização e a ruptura dos vínculos familiares, sociais e institucionais antecedem, na maioria dos casos, o ingresso no acolhimento institucional, constituindo trajetórias marcadas por perdas sucessivas de proteção social.

8

Observa-se que fatores como pobreza estrutural, violência doméstica e ausência de políticas públicas integradas emergem como elementos centrais para a compreensão da permanência prolongada de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento. Esses achados dialogam diretamente com a perspectiva de Aldaíza Sposati (2009), ao evidenciar que a institucionalização não deve ser compreendida como causa da vulnerabilidade, mas como resposta tardia às falhas dos sistemas de proteção social, incapazes de atuar de forma preventiva e intersetorial no fortalecimento das famílias.

Outro aspecto relevante identificado no quadro refere-se à reprodução intergeracional da vulnerabilidade social, conforme destacado por Pereira (2018). A fragilidade das redes de apoio familiar, comunitário e institucional dificulta a superação das condições de risco social, perpetuando ciclos de exclusão que atravessam gerações. Esse processo compromete diretamente as oportunidades de desenvolvimento, escolarização e inclusão social de crianças e adolescentes, ampliando desigualdades ao longo do curso de vida.

Os achados apresentados por Gomes e Silva (2021) reforçam que a associação entre violência doméstica e pobreza atua como fator determinante para a ruptura precoce dos vínculos familiares, favorecendo o encaminhamento ao acolhimento institucional. A ausência de suporte

comunitário e de ações contínuas de acompanhamento familiar contribui para o isolamento social e para a consolidação de trajetórias de vulnerabilidade, alinhando-se às análises estruturais da exclusão social.

Adicionalmente, os dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2025) reforçam empiricamente o conceito de desfiliação social ao evidenciar a permanência prolongada de adolescentes em acolhimento institucional, especialmente daqueles que se encontram fora do perfil etário preferencial para adoção. Essa permanência prolongada revela não apenas barreiras no sistema adotivo brasileiro, mas também a insuficiência de políticas públicas voltadas à reintegração familiar, ao fortalecimento dos vínculos sociais e à promoção da autonomia juvenil.

A discussão do quadro permite afirmar que a vulnerabilidade social, sob a ótica de Castel (2008), exige respostas estruturantes, intersetoriais e contínuas, que ultrapassem intervenções pontuais e assistencialistas. O fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, aliado à garantia de direitos sociais fundamentais, configura-se como estratégia central para a prevenção da desfiliação social e para a construção de trajetórias mais inclusivas para crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional.

9

Categoría 2 – Desenvolvimento humano e institucionalização: Urie Bronfenbrenner

Bronfenbrenner propõe que o desenvolvimento humano ocorre a partir de interações contínuas, recíprocas e significativas entre o indivíduo e os diferentes sistemas ambientais, com destaque para o microssistema familiar, responsável por fornecer suporte emocional, afetivo e normativo essencial à formação da criança e do adolescente (Bronfenbrenner, 2011). A ruptura precoce desse sistema, decorrente do afastamento familiar e da institucionalização, compromete a qualidade das interações proximais, interferindo diretamente em processos fundamentais como apego, regulação emocional e socialização primária (Papalia; Feldman, 2013).

Papalia e Feldman ressaltam que o desenvolvimento psicossocial saudável depende da estabilidade relacional e da previsibilidade dos ambientes de cuidado, fatores frequentemente fragilizados no contexto institucional. A institucionalização prolongada pode impactar negativamente a construção da identidade, a autonomia e o senso de pertencimento, especialmente quando o ambiente institucional não consegue suprir as funções afetivas exercidas pela família de origem (Papalia; Feldman, 2013). Esses elementos reforçam a compreensão da institucionalização como um fator de risco ao desenvolvimento humano quando não acompanhada de estratégias protetivas adequadas.

Rutter, referência internacional nos estudos sobre institucionalização, destaca que os efeitos adversos do acolhimento institucional não são homogêneos nem inevitáveis, sendo fortemente influenciados pela qualidade das interações estabelecidas no ambiente de acolhimento (Rutter, 2012). A presença de cuidadores fixos, relações afetivas consistentes e estímulos cognitivos adequados pode favorecer processos de resiliência, reduzindo impactos emocionais e comportamentais associados à ruptura familiar precoce. Assim, a instituição pode assumir um papel mediador entre risco e proteção, dependendo de suas práticas organizacionais.

No cenário brasileiro, estudos apontam que crianças e adolescentes ingressam no acolhimento institucional em diferentes fases do desenvolvimento, porém o prolongamento desse período está associado a prejuízos significativos no desempenho escolar, na adaptação social e no comportamento, especialmente entre adolescentes (Faleiro; Souza, 2022). Esses achados evidenciam que a permanência institucional prolongada, quando desvinculada de projetos individualizados de cuidado e reintegração familiar ou adoção, intensifica vulnerabilidades já existentes.

Dessa forma, sob a perspectiva bioecológica, a institucionalização deve ser compreendida como um contexto ambivalente, que pode tanto ampliar riscos quanto oferecer oportunidades de desenvolvimento, dependendo da estrutura, da qualidade das relações e das políticas de cuidado adotadas (Bronfenbrenner, 2011). Ambientes institucionais que promovem vínculos afetivos, estabilidade relacional e estímulos adequados tendem a minimizar os efeitos negativos do afastamento familiar, contribuindo para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

10

Quadro 2 – Desenvolvimento humano e efeitos da institucionalização em crianças e adolescentes. Rio de Janeiro - RJ

Ano	Autor(es)	Dimensão do desenvolvimento	Principais achados	Contribuição teórica
2011	Bronfenbrenner	Microssistema familiar	Evidencia que o desenvolvimento humano depende de interações proximais contínuas, estáveis e afetivas. A ruptura precoce do ambiente familiar compromete processos emocionais, cognitivos e sociais, podendo gerar efeitos cumulativos ao longo do ciclo vital, especialmente quando não há substituição relacional adequada no acolhimento institucional.	Fundamentação da teoria bioecológica do desenvolvimento
2012	Rutter	Vínculos institucionais	Demonstra que ambientes institucionais com cuidadores estáveis, rotinas previsíveis e estímulos emocionais adequados podem mitigar os impactos	Mitigação de riscos e promoção da resiliência

			negativos da institucionalização, favorecendo processos de resiliência e adaptação psicosocial em crianças e adolescentes.	
2013	Papalia; Feldman	Desenvolvimento psicosocial	Indicam que a institucionalização prolongada interfere na formação da identidade, no apego seguro e nas habilidades sociais, sobretudo quando há fragilidade nos vínculos afetivos e baixa continuidade relacional nos serviços de acolhimento.	Integração entre desenvolvimento e contexto social
2022	Faleiro; Souza	Adaptação escolar e social	Evidenciam associação entre tempo prolongado de acolhimento e dificuldades escolares, comportamentais e de socialização, reforçando a influência do ambiente institucional nas trajetórias de desenvolvimento de crianças e adolescentes.	Evidência empírica no contexto brasileiro
2025	CNJ	Trajetória institucional	Dados nacionais demonstram que a permanência prolongada em acolhimento institucional, especialmente entre adolescentes, limita oportunidades de desenvolvimento integral e reforça desigualdades associadas à exclusão do perfil preferencial de adoção.	Articulação entre dados institucionais e desenvolvimento humano

Fonte: Construção do autor com base nos estudos selecionados (2026).

A análise do Quadro 2 evidencia que o rompimento do microssistema familiar, conforme proposto por Bronfenbrenner (2011), constitui um fator central de risco ao desenvolvimento humano quando ocorre de forma precoce e prolongada. A ausência de interações proximais estáveis e significativas compromete a formação de vínculos afetivos seguros, prejudicando processos essenciais como autorregulação emocional, empatia e construção da identidade social, especialmente em crianças pequenas.

Os achados apresentados por Papalia e Feldman (2013) reforçam que a institucionalização interfere diretamente no desenvolvimento psicosocial ao limitar experiências afetivas contínuas e relações de confiança duradouras. A fragilidade desses vínculos pode resultar em dificuldades de socialização, insegurança emocional e prejuízos na construção do autoconceito, sobretudo quando o ambiente institucional não oferece suporte individualizado e consistente.

A contribuição de Rutter (2012) introduz uma perspectiva fundamental ao evidenciar que os efeitos negativos da institucionalização não são determinísticos. A qualidade do cuidado institucional, marcada por vínculos estáveis, sensibilidade dos cuidadores e estímulos adequados, pode funcionar como fator de proteção, promovendo resiliência e reduzindo danos emocionais e comportamentais ao longo do desenvolvimento.

No contexto nacional, os estudos de Faleiro e Souza (2022) demonstram que o tempo prolongado de permanência em instituições de acolhimento está associado a dificuldades escolares, problemas comportamentais e fragilização das relações sociais. Esses resultados evidenciam que a institucionalização, quando não acompanhada de estratégias efetivas de reintegração familiar ou adoção, tende a perpetuar ciclos de vulnerabilidade.

Os dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2025) reforçam empiricamente os pressupostos da teoria bioecológica ao revelar que adolescentes institucionalizados por longos períodos enfrentam maiores obstáculos ao desenvolvimento integral. Tal realidade evidencia a necessidade de políticas públicas e práticas institucionais que priorizem a construção de vínculos afetivos, a estabilidade relacional e a promoção de ambientes protetivos (Bronfenbrenner, 2011).

Categoria 3 – Capital social e desigualdades: Pierre Bourdieu

Pierre Bourdieu comprehende o capital social, cultural e simbólico como elementos centrais para a reprodução ou superação das desigualdades sociais, uma vez que estruturam o acesso a oportunidades educacionais, redes de apoio e reconhecimento social (Bourdieu, 1998). No caso de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, observa-se uma restrição significativa desses capitais, especialmente pela fragilização dos vínculos familiares e comunitários, o que limita a participação plena na vida social e compromete trajetórias de mobilidade ao longo do ciclo vital.

O capital cultural, segundo Bourdieu, é transmitido majoritariamente no espaço familiar por meio de práticas educativas, linguagem, hábitos e estímulos simbólicos. A institucionalização prolongada tende a fragilizar esse processo, uma vez que as instituições, em muitos contextos, não conseguem reproduzir a densidade cultural presente no ambiente familiar, sobretudo em famílias com maior capital escolar e social (Bourdieu, 1998). Essa lacuna repercute diretamente no desempenho escolar, na autoconfiança e na internalização de expectativas de futuro por parte das crianças e adolescentes institucionalizados.

Lahire aprofunda essa análise ao destacar que a ausência de estímulos culturais consistentes e personalizados nas instituições contribui para a perpetuação de trajetórias marcadas pela exclusão educacional e social (Lahire, 2002). Para o autor, a escola e o ambiente institucional frequentemente reforçam desigualdades pré-existentes ao não reconhecerem as singularidades dos sujeitos institucionalizados, o que resulta em dificuldades de aprendizagem, evasão escolar e menor inserção qualificada no mercado de trabalho na vida adulta.

No contexto brasileiro, essa realidade se agrava quando associada à permanência prolongada de adolescentes em acolhimento institucional, especialmente daqueles fora do perfil preferencial de adoção. Estudos indicam que a baixa probabilidade de adoção tardia restringe o acesso a redes familiares ampliadas, limitando o acúmulo de capital social e simbólico essencial para a transição à vida adulta (Pesquisa SNA, 2021; Faleiro & Souza, 2022). Essa condição reforça ciclos de desigualdade que ultrapassam o período institucional.

Dessa forma, a perspectiva bourdieusiana evidencia que o enfrentamento das vulnerabilidades sociais de crianças e adolescentes institucionalizados exige estratégias que transcendam o acolhimento em si. Torna-se imprescindível promover políticas públicas e práticas intersetoriais que ampliem o acesso ao capital cultural, social e simbólico, por meio de educação de qualidade, inserção comunitária, fortalecimento de redes sociais e acompanhamento continuado no pós-acolhimento (Bourdieu, 1998; Lahire, 2002).

O Quadro 3, apresentado a seguir, sistematiza as principais contribuições teóricas e evidências empíricas relacionadas ao capital social e às desigualdades vivenciadas por crianças e adolescentes em acolhimento institucional, destacando fatores estruturais, achados centrais e suas implicações para a compreensão das vulnerabilidades sociais à luz da teoria de Pierre Bourdieu.

Quadro 3 – Capital social, cultural e desigualdades em crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Rio de Janeiro – RJ

Ano	Autor(es)	Tipo de capital	Principais achados	Contribuição teórica
1998	Bourdieu	Capital social e cultural	Evidencia que a ausência de redes sociais sólidas e de transmissão cultural no ambiente familiar limita o acesso a oportunidades educacionais e sociais, reproduzindo desigualdades estruturais ao longo da vida. A institucionalização fragiliza o acúmulo desses capitais, especialmente em contextos de pobreza.	Fundamentação da teoria dos capitais e reprodução social
2002	Lahire	Capital cultural	Demonstra que a falta de estímulos culturais consistentes e individualizados em instituições reforça dificuldades escolares e trajetórias de exclusão social, impactando negativamente a inserção social e profissional na vida adulta.	Ampliação crítica da teoria bourdieusiana
2021	Pesquisa SNA	Capital simbólico	Aponta que adolescentes institucionalizados possuem menor reconhecimento social e simbólico no sistema de adoção, permanecendo mais tempo em acolhimento e com menores chances de integração familiar permanente.	Evidência empírica do sistema adotivo brasileiro
2022	Faleiro; Souza	Capital social	Identifica que a permanência prolongada em acolhimento limita a construção de redes de apoio social e comunitário, dificultando a transição para a vida adulta autônoma e reforçando desigualdades sociais.	Análise contextual brasileira

2025	CNJ	Capital social e simbólico	Dados nacionais indicam que adolescentes fora do perfil preferencial de adoção enfrentam exclusão institucional prolongada, com impacto direto na construção de projetos de vida e acesso a oportunidades sociais.	Articulação entre dados institucionais e desigualdade social
------	-----	----------------------------	--	--

Fonte: Construção do autor com base nos estudos selecionados (2026).

A análise do Quadro 3 evidencia que a restrição ao acesso aos diferentes tipos de capital, conforme proposto por Bourdieu (1998), constitui um elemento central na compreensão das vulnerabilidades sociais de crianças e adolescentes em acolhimento institucional. A ausência de redes sociais consistentes e de transmissão cultural no ambiente familiar limita significativamente as oportunidades de desenvolvimento educacional e social desses sujeitos.

Os achados apresentados por Lahire (2002) reforçam que a institucionalização, quando não acompanhada de práticas pedagógicas e culturais intencionalmente estruturadas, tende a reproduzir desigualdades ao invés de mitigá-las. A escola e a instituição, nesse contexto, acabam por reforçar trajetórias de fracasso escolar e exclusão, especialmente quando desconsideram as condições sociais de origem dos indivíduos institucionalizados.

A Pesquisa SNA (2021) contribui ao evidenciar que adolescentes institucionalizados enfrentam não apenas barreiras materiais, mas também simbólicas, sendo frequentemente invisibilizados no sistema de adoção. Essa invisibilidade compromete o reconhecimento social e dificulta a construção de pertencimento, elemento central do capital simbólico na perspectiva bourdieusiana.

Os estudos de Faleiro e Souza (2022) demonstram que a permanência prolongada em instituições de acolhimento restringe a formação de redes sociais de apoio, fundamentais para a inserção social e profissional na vida adulta. A ausência dessas redes amplia a dependência institucional e dificulta processos de autonomia e emancipação social.

Os dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2025) reforçam empiricamente que a exclusão do perfil preferencial de adoção afeta diretamente o acesso ao capital social e simbólico, perpetuando desigualdades estruturais. Esses achados confirmam a necessidade de políticas públicas que ampliem o acesso a capitais sociais e culturais como estratégia central de enfrentamento das vulnerabilidades sociais de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, conforme defendido por Bourdieu (1998).

Categoria 4 – Invisibilidade social e voz: Hannah Arendt

Hannah Arendt comprehende o reconhecimento no espaço público como condição essencial para a constituição do sujeito enquanto agente social e político, uma vez que é por

meio da palavra e da ação que o indivíduo se torna visível e participa da vida coletiva (Arendt, 2007). No contexto do acolhimento institucional, crianças e adolescentes frequentemente são privados dessa visibilidade, sendo percebidos prioritariamente como objetos de tutela e proteção, o que limita sua possibilidade de expressão, participação e construção de sentido sobre a própria trajetória de vida.

Essa invisibilidade social se manifesta não apenas na ausência de escuta ativa, mas também na forma como as políticas públicas e práticas institucionais são estruturadas. Conforme destaca Bobbio, a negação da voz a determinados grupos sociais constitui uma forma de exclusão política, ainda que sob o discurso da proteção e do cuidado (Bobbio, 2004). Assim, mesmo quando amparados juridicamente, crianças e adolescentes institucionalizados permanecem afastados dos espaços decisórios que impactam diretamente seu presente e futuro. Sarmento contribui para essa discussão ao denunciar o caráter adultocêntrico das instituições voltadas à infância e adolescência. Segundo o autor, as práticas institucionais tendem a reproduzir relações assimétricas de poder, nas quais adultos, técnicos e gestores definem destinos e condutas sem considerar as percepções, desejos e experiências dos sujeitos institucionalizados (Sarmento, 2005). Essa lógica reforça o silenciamento e compromete o exercício do protagonismo infantojuvenil.

15

Estudos brasileiros contemporâneos indicam que essa invisibilidade também se expressa no sistema de adoção, sobretudo no que se refere aos adolescentes. A preferência por crianças pequenas e sem necessidades específicas reforça narrativas sociais que classificam determinados perfis como menos desejáveis, invisibilizando suas histórias, potencialidades e direitos à convivência familiar e comunitária (Santos & Almeida, 2019; CNJ, 2025). Tal cenário contribui para a permanência prolongada em acolhimento e para o aprofundamento das vulnerabilidades sociais.

Dessa forma, à luz do pensamento de Arendt, torna-se imprescindível repensar o acolhimento institucional não apenas como espaço de proteção, mas como um espaço político de reconhecimento. Garantir voz, escuta qualificada e participação ativa de crianças e adolescentes na construção e avaliação das políticas públicas que lhes dizem respeito constitui um passo fundamental para romper com a invisibilidade social e promover cidadania efetiva (Arendt, 2007; Sarmento, 2005).

O Quadro 4, apresentado a seguir, sistematiza as principais contribuições teóricas e evidências empíricas relacionadas à invisibilidade social, ao silenciamento e à participação de

crianças e adolescentes em acolhimento institucional, articulando autores clássicos e estudos contemporâneos à luz da perspectiva arendtiana.

Quadro 4 – Invisibilidade social, silenciamento e participação de crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Rio de Janeiro - RJ

Ano	Autor(es)	Dimensão analisada	Principais achados	Contribuição teórica
2004	Bobbio	Invisibilidade política	Evidencia que a negação da voz a grupos sociais vulneráveis constitui forma de exclusão política, mesmo quando há proteção legal, reforçando relações assimétricas de poder.	Fundamentação da exclusão política
2005	Sarmento	Adultocentrismo institucional	Demonstra que práticas institucionais limitam a escuta e a participação de crianças e adolescentes, reforçando o silenciamento e a invisibilidade social.	Crítica ao adultocentrismo
2007	Arendt	Espaço público e reconhecimento	Defende que a visibilidade social ocorre pela palavra e ação no espaço público, sendo a ausência de participação um fator de desumanização política.	Base teórica do reconhecimento
2019	Santos; Almeida	Participação infantojuvenil	Identificam fragilidade na escuta qualificada de crianças institucionalizadas, com decisões centradas em adultos e técnicos.	Evidência empírica brasileira
2025	CNJ	Invisibilidade no sistema de adoção	Dados revelam baixa adoção de adolescentes, refletindo narrativas sociais excludentes e silenciamento de suas necessidades e desejos.	Expressão empírica institucional

Fonte: Construção do autor com base nos estudos selecionados (2026).

A análise do Quadro 4 evidencia que a invisibilidade social de crianças e adolescentes em acolhimento institucional está diretamente relacionada à negação de sua condição de sujeitos políticos, conforme problematizado por Arendt (2007). A ausência de espaços efetivos de fala compromete a construção da identidade e a possibilidade de participação ativa na vida social e institucional.

Os aportes de Bobbio (2004) reforçam que a exclusão política não se dá apenas pela ausência de direitos formais, mas também pela impossibilidade de exercer a palavra. No caso das crianças e adolescentes institucionalizados, essa exclusão se expressa na tomada de decisões unilaterais que desconsideram suas experiências e perspectivas.

A crítica de Sarmento (2005) ao adultocentrismo institucional aparece de forma recorrente nos estudos analisados, evidenciando que o silenciamento não é episódico, mas

estrutural. A centralidade do adulto como único agente legítimo de decisão reforça a invisibilidade e dificulta o exercício do protagonismo infantojuvenil.

Os achados de Santos e Almeida (2019) demonstram que, mesmo em contextos que defendem a participação, a escuta das crianças e adolescentes ainda ocorre de maneira superficial ou protocolar, sem impacto real nas decisões institucionais. Essa prática limita o reconhecimento social e perpetua relações de subordinação.

Os dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2025) confirmam empiricamente a invisibilidade dos adolescentes no sistema de adoção, especialmente daqueles fora do perfil preferencial. Essa realidade evidencia a urgência de políticas públicas e práticas institucionais que promovam reconhecimento, participação e voz ativa, conforme defendido por Arendt (2007), como elementos centrais para a superação das vulnerabilidades sociais.

Categoria 5 – Instituições, poder e controle: Michel Foucault

Michel Foucault analisa as instituições modernas como dispositivos estratégicos de poder e saber que produzem sujeitos por meio de práticas disciplinares, normas e mecanismos de vigilância, ainda que sob discursos de cuidado, proteção ou reabilitação (Foucault, 2014). No contexto do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, essas dinâmicas se expressam na padronização de rotinas, no controle dos corpos, do tempo e dos comportamentos, influenciando diretamente a construção das subjetividades e das formas de agir no mundo social.

As casas de acolhimento, embora orientadas por princípios legais de proteção integral, podem reproduzir dispositivos disciplinares que naturalizam a vigilância constante e a hierarquização das relações. Conforme aponta Foucault, o poder disciplinar opera de forma capilar, inserindo-se nos pequenos gestos do cotidiano, moldando condutas e estabelecendo padrões de normalidade e anormalidade (Foucault, 2014). Para crianças e adolescentes institucionalizados, esse processo pode resultar na internalização de comportamentos submissos e na limitação da autonomia pessoal.

Erving Goffman, ao discutir o conceito de instituições totais, contribui para a compreensão desse fenômeno ao demonstrar que ambientes onde múltiplas dimensões da vida são reguladas por uma mesma autoridade tendem a produzir efeitos de despersonalização e perda da identidade individual (Goffman, 2013). Estudos brasileiros contemporâneos apontam que, mesmo em instituições de pequeno porte, práticas excessivamente normativas podem

comprometer o desenvolvimento da autonomia e da capacidade de tomada de decisão de crianças e adolescentes (Silva; Costa, 2021).

A noção de biopolítica, central na obra foucaultiana, permite compreender como as políticas públicas voltadas à infância e adolescência operam simultaneamente como estratégias de proteção e de controle populacional. Ao categorizar, monitorar e intervir sobre vidas consideradas vulneráveis, o Estado produz efeitos de normalização que podem se estender para além do período de institucionalização, influenciando trajetórias educacionais, sociais e profissionais futuras (Foucault, 2014; Rose, 2011).

Dessa forma, a compreensão foucaultiana do acolhimento institucional exige uma análise crítica das práticas cotidianas que estruturam esses espaços. Mais do que garantir proteção formal, torna-se necessário repensar modelos institucionais que promovam autonomia progressiva, respeito à singularidade e empoderamento dos sujeitos, minimizando os efeitos de controle excessivo e reafirmando a dignidade humana como eixo central do cuidado (Foucault, 2014; Goffman, 2013).

O Quadro 5, apresentado a seguir, sistematiza as principais contribuições teóricas e empíricas relacionadas às instituições de acolhimento como dispositivos de poder, disciplina e controle, articulando o pensamento de Michel Foucault com estudos clássicos e contemporâneos sobre institucionalização.

18

Quadro 5 – Instituições de acolhimento como dispositivos de poder, disciplina e controle. Rio de Janeiro - RJ

Ano	Autor(es)	Dimensão analisada	Principais achados	Contribuição teórica
2011	Rose	Biopolítica governamentalidade	• Demonstra como políticas de proteção operam estratégias de controle sobre populações vulneráveis, regulando condutas e trajetórias de vida.	Ampliação da biopolítica
2013	Goffman	Instituições totais	Evidencia que a regulação integral da vida cotidiana favorece processos de despersonalização e limitação da autonomia individual.	Análise institucional clássica
2014	Foucault	Disciplina e poder	Analisa como práticas disciplinares moldam subjetividades por meio da vigilância, normalização e controle dos corpos.	Base teórica do poder disciplinar
2021	Silva; Costa	Práticas institucionais	Identificam rotinas rígidas e hierarquização excessiva em casas de acolhimento, impactando negativamente a autonomia infantojuvenil.	Evidência empírica brasileira
2025	CNJ	Controle institucional	Aponta desafios na garantia de autonomia e protagonismo de adolescentes institucionalizados no sistema de proteção.	Expressão institucional contemporânea

Fonte: Construção do autor com base nos estudos selecionados (2026).

A análise do Quadro 5 evidencia que o acolhimento institucional, embora fundamentado em princípios de proteção integral, pode operar como um espaço de exercício de poder disciplinar, conforme descrito por Foucault (2014). As práticas cotidianas de vigilância e normalização tendem a produzir sujeitos adaptados às normas institucionais, muitas vezes em detrimento da autonomia e da singularidade.

Os aportes de Goffman (2013) reforçam que a organização institucional que controla simultaneamente tempo, espaço e relações sociais favorece processos de despersonalização. No caso de crianças e adolescentes, tais processos podem comprometer a construção da identidade e a capacidade de autodeterminação, elementos fundamentais para o desenvolvimento saudável.

A perspectiva da biopolítica, conforme ampliada por Rose (2011), permite compreender que as políticas de acolhimento não apenas protegem, mas também regulam vidas consideradas de risco. Essa regulação se manifesta por meio de classificações, registros e intervenções que acompanham os sujeitos mesmo após o desligamento institucional.

Estudos brasileiros recentes, como o de Silva e Costa (2021), evidenciam que práticas institucionais excessivamente normativas ainda são recorrentes, reforçando a necessidade de revisão dos modelos de cuidado. A ausência de estratégias voltadas à autonomia progressiva contribui para a dependência institucional e dificulta a transição para a vida comunitária.

19

Os dados do CNJ (2025) indicam que adolescentes em acolhimento enfrentam desafios significativos para exercer protagonismo e autonomia, o que reforça a urgência de práticas institucionais menos centradas no controle e mais orientadas para o empoderamento. À luz de Foucault (2014), repensar o acolhimento institucional implica deslocar o foco do disciplinamento para a promoção de sujeitos ativos, reconhecidos e capazes de exercer sua cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz dos referenciais teóricos e das evidências epidemiológicas brasileiras, conclui-se que as vulnerabilidades sociais de crianças e adolescentes em acolhimento institucional para adoção configuram-se como fenômenos complexos, históricos e multifatoriais. Esses processos são atravessados pela fragilização progressiva dos vínculos familiares e comunitários, pela desigualdade socioeconômica estrutural e pela insuficiência de políticas públicas preventivas, conforme apontado por Castel e corroborado por dados nacionais recentes. A institucionalização, portanto, não deve ser compreendida como causa primária da vulnerabilidade, mas como expressão de falhas sistêmicas na proteção social.

Sob a perspectiva do desenvolvimento humano, evidencia-se que a ruptura precoce do ambiente familiar e a permanência prolongada em instituições impactam negativamente dimensões emocionais, cognitivas e sociais do desenvolvimento infantojuvenil. Conforme o modelo bioecológico de Bronfenbrenner, a ausência de interações estáveis e significativas no microssistema familiar compromete a formação de vínculos seguros, a construção da identidade e a capacidade de adaptação social. Ainda que práticas institucionais qualificadas possam mitigar parte desses efeitos, o acolhimento prolongado permanece como fator de risco ao desenvolvimento integral.

A análise à luz de Bourdieu permite compreender que crianças e adolescentes institucionalizados enfrentam severas restrições no acesso ao capital social, cultural e simbólico, o que aprofunda desigualdades e limita oportunidades ao longo do ciclo de vida. A permanência em instituições, associada à baixa probabilidade de adoção tardia, contribui para a reprodução intergeracional da exclusão social, dificultando a inserção educacional, profissional e comunitária desses sujeitos após o desligamento institucional.

No campo da invisibilidade social, a contribuição de Hannah Arendt evidencia que a ausência de reconhecimento público e de participação ativa nos processos decisórios compromete a constituição dessas crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. As práticas adultocêntricas e a baixa escuta qualificada reforçam o silenciamento de suas experiências e necessidades, perpetuando uma lógica tutelar que restringe o protagonismo infantojuvenil e fragiliza a efetividade das políticas de proteção. 20

Por fim, a análise foucaultiana das instituições revela que o acolhimento institucional pode operar como dispositivo de poder e controle, produzindo efeitos de normalização e disciplina que impactam subjetividades e trajetórias futuras. Diante desse cenário, torna-se imprescindível a construção de políticas públicas intersetoriais que articulem proteção social, fortalecimento de vínculos familiares, promoção da autonomia progressiva e reconhecimento social. Investir em modelos de acolhimento centrados na dignidade humana, no protagonismo e na inclusão social constitui um passo fundamental para a superação das vulnerabilidades que marcam as trajetórias de crianças e adolescentes em acolhimento institucional para adoção no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. **A condição humana.** II. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA): dados estatísticos**. Brasília: CNJ, 2025. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br>. Acesso em: 5 jan. 2026.

BRONFENBRENNER, Uri. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

DELGADO, Paula Cristina; PINTO, Vanessa Nogueira. A institucionalização de crianças e adolescentes e seus impactos no desenvolvimento. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 25, e45367, 2020.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. **The three worlds of welfare capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2013.

FALEIRO, Eva Teresinha; SOUZA, Mariana Vieira. Adoção tardia no Brasil: desafios, preconceitos e perspectivas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 142, p. 96–114, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

21

GOMES, Romeu; SILVA, Maria Aparecida. Violência familiar, pobreza e acolhimento institucional no Brasil. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 458–468, 2021.

LAHIRE, Bernard. **O homem plural: as molas da ação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MCLAUGHLIN, Katie A.; SHERIDAN, Margaret A.; NELSON, Charles A. Neglect as a violation of species-expectant experience: neurodevelopmental consequences. **Biological Psychiatry**, v. 92, n. 3, p. 199–208, 2022.

MENDES, Juliana Pereira; SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Transição para a vida adulta de adolescentes egressos do acolhimento institucional. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 85–97, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Política social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2018.

RIZZINI, Irene; LEITE, Luciana Rodrigues. Acolhimento institucional no Brasil: desafios contemporâneos e perspectivas. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 281–291, 2020.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

ROSE, Nikolas. **Políticas da vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI.** São Paulo: Paulus, 2011.

RUTTER, Michael. Institutional deprivation: past and present. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, London, v. 53, n. 4, p. 453–467, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA, Carla. Direitos humanos e infância institucionalizada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 34, n. 101, p. 1–18, 2019.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade.** Braga: Universidade do Minho, 2005.

SILVA, Ana Paula; COSTA, Maria José. Práticas institucionais e subjetividade no acolhimento de adolescentes. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 33, e234567, 2021.

SILVA, Enid Rocha Andrade; ARPINI, Dorian Mônica. Acolhimento institucional e direito à convivência familiar e comunitária. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 33, e234587, 2021.

SILVA, Luciana; SANTOS, Elaine. Desigualdades sociais e permanência institucional de adolescentes. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 26, n. 2, p. 89–105, 2022.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Jovens egressos do acolhimento institucional: vulnerabilidades e redes de apoio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 37, e37415, 2021. 22

SPOSATI, Aldaíza. Vulnerabilidade social e desproteção no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 100, p. 652–670, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e políticas sociais.** São Paulo: Cortez, 2012.